Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O grande embate

O projeto original do deputado Danilo Forte (União Brasil-CE) praticamente federalizava o combate às facções. Agora, se a ação das forças federais ficar à mercê de pedidos dos governadores, será o mesmo que blindar os criminosos de uma ação da Receita Federal sobre seu patrimônio.

Aliás...

Os petistas se preparam para fazer o debate em torno da necessidade de cooperação geral — União, Estados e municípios — no combate ao crime organizado e não deixar nada sob exclusividade das forças estaduais.

Vai mudar

Nos bastidores, o que se diz é que, ou se promove uma união de forças para o combate ao crime organizado, deixando de lado as paixões eleitorais, ou vai tudo parar no Supremo Tribunal Federal (STF).

Por falar em eleição...

Bateu a ciumeira na chamada bancada da bala. Muita gente diz que não seria preciso chamar o secretário paulista para relatar a proposta. A impressão que deixou foi de que os que estavam no exercício do mandato foram preteridos.

COP, Brics e financiamento

A ausência dos chefes de Estado e de governo da formação original dos Brics na COP30 foi lida, entre os opositores de Lula, como uma "humilhação". Da parte do governo, porém, as recentes visitas ao Brasil do líder chinês, XI Jinping, e do indiano Narendra Modi indicam que está tudo bem no bloco. Aliás, a avaliação dos diplomatas é a de que o importante é a destinação de recursos do bloco para preservação das florestas.

Segurança atropela COP30

O debate em torno do projeto de Segurança Pública relatado pelo secretário licenciado de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, jogou a COP30 em segundo plano, em termos de atenção da sociedade. Pelo menos, essa é a avaliação feita até por petistas, que agora, com o texto na pauta da Câmara, serão obrigados a dar prioridade às discussões em Brasília e não em Belém. Nos bastidores, quem comemora essa pauta são os oposicionistas. Dizem que a COP30 é um tema que põe Lula na vitrine do mundo, enquanto a pauta da segurança coloca os conservadores no dia a dia das pessoas que vivem em comunidades dominadas pelo crime.

» » »

Por falar em Derrite.../ A escolha do secretário como relator atendeu ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) e ao presidente do PP, Ciro Nogueira (PI), que espera aproveitar essa bandeira da segurança na campanha do ano que vem, como um trunfo de seu partido.

CURTIDAS

Divulgação/Rayra Paiva Branco

Modo COP ligado/ O ministro do Turismo, Celso Sabino (**foto**), tem dito que, durante esses dias, seu partido é a COP30. Eleição, ele vai tratar só mais para o final do ano.

A hora delas/ Mulheres líderes do setor público e privado se reúnem, nesta manhã, no Brasília Palace Hotel para o 4º Brasília Summit Lide Correio Braziliense. No debate, o impacto da gestão feminina nas mais diversas áreas. No setor público, além de parlamentares, estará presente a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka. No setor financeiro, a diretora de gestão de Pessoas do BRB, Cristiane Lima Bukowitz. E no setor privado, Lidia Abdalla, CEO do grupo Sabin.

Reza forte/ A contagem regressiva para a conclusão do processo que deve levar Jair Bolsonaro à prisão fez com os filhos do ex-presidente corressem às redes sociais, pedindo orações. "Meu Deus, dê mais forças para meu pai!", clamou Carlos Bolsonaro.

Onde mora o perigo/ Muitos deles temem que, com o pai preso, a família termine perdendo densidade eleitoral e seja substituída por outros nomes conservadores, porém sem uma fidelidade total e incondicional a Jair Bolsonaro.

JUSTIÇA

Supremo julga kids pretos

Primeira Turma do STF inicia análise da conduta de nove oficiais do Exército e um agente da PF envolvidos na trama golpista

» IAGO MAC CORD

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) inicia, hoje, o julgamento do núcleo 3 da trama golpista — grupo composto por nove oficiais do Exército e um agente da Polícia Federal. De acordo com as investigações, os réus são responsáveis pelo plano "Punhal Verde Amarelo", que tinha como objetivo matar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu vice, Geraldo Alckmin, e o então presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Alexandre de Moraes.

Na denúncia da Procuradoria-Geral da República, o documento que comprovou o planejamento do núcleo foi identificado em um dispositivo eletrônico vinculado ao ex-secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, Mário Fernandes — réu no núcleo 2. O plano contava com a participação dos chamados "kids pretos", militares do Exército da ativa ou na reserva com especialistas em operações especiais.

"O texto do arquivo continha o título 'Planejamento Punhal Verde Amarelo' e tramava contra a liberdade e mesmo a vida do Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes e dos candidatos eleitos Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin Filho", diz na denúncia.

Os réus são: general Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira; tenente-coronel Hélio Ferreira Lima; tenente-coronel Rafael Martins de Oliveira; tenente-coronel Rodrigo Bezerra de Azevedo; agente da Polícia Federal, Wladimir Matos Soares; coronel Bernardo Romão Corrêa Netto; coronel Fabrício Moreira de Bastos; coronel Márcio Nunes de Resende Júnior; tenente-coronel Sérgio Cavaliere de Medeiros; e tenente-coronel Ronald Ferreira de Araújo Júnior.

Eles respondem pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

Parâmetros mantidos

Para Guilherme Gonçalves, advogado e fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), "a tendência é que sejam seguidos os parâmetros, sobretudo já usados para núcleo um, que era o núcleo mais importante da liderança da trama golpista".

O especialista estabelece um vínculo entre os réus do julgamento de hoje e os principais líderes da trama golpista. "Fazendo uma análise do que já foi julgado, as condutas imputadas a esses do núcleo militar, os chamados 'kids pretos', foram um fundamento eficiente e decisivo para a condenação dos líderes da trama golpista, sobretudo o ex-presidente (Jair) Bolsonaro e o general (Walter) Braga Netto", explicou Gonçalves.

Na análise do especialista, independentemente da presença do ministro Luiz Fux na Primeira Turma — o magistrado pediu transferência para a Segunda Turma poucos dias após ter o único voto divergente na condenação do núcleo 1 —, a tendência é de que se mantenha votação unânime na Primeira Turma.

Justiça militar

A provável condenação dos militares pelo Supremo Tribunal Federal não implica perda automática do posto de da patente. O advogado especialista em direito penal militar Marcelo Dimatteu lembra que a Constituição Federal determina que o oficial só pode perder o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou se comportar de modo incompatível com a dignidade de oficial, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz. Então, a condenação na Justiça Comum apenas inicia um novo e específico processo no Superior Tribunal Militar (STM).

"É preciso um novo julgamento pelo Tribunal Militar, para decidir se o oficial é indigno de permanecer nas Forças Armadas. Esse julgamento é de natureza ética e disciplinar, não penal — o Tribunal Militar avalia se o crime e a conduta ferem os valores da carreira militar", explicou.

Caso o STM decida pela perda do posto e da patente dos oficiais que serão julgados, isso resultará na sua exclusão definitiva da Força em que serve. Eles perderiam os vínculos com as Forças Armadas e deixariam de ser membros delas; perderiam toda as prerrogativas e benefícios do oficialato; perderiam ainda os vencimentos e a remuneração, incluindo o direito de usar fardas; ficariam impedidos de exercer qualquer função militar; passariam à condição de civil comum; e suas esposas perderiam o direito à pensão militar em caso de falecimento.

CPMI apreende celular de depoente

Carlos Moura/Agência Senado

O relator da CPMI do INSS, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), determinou, ontem, a apreensão do celular de Igor Dias Delecrode (D), investigado por suposta participação em um esquema de fraudes contra aposentados e pensionistas. O pedido, aprovado durante a sessão, pegou o depoente de surpresa. Ele compareceu à CPMI amparado por um habeas corpus do STF, que lhe garantia o direito de permanecer em silêncio. Gaspar solicitou acesso a mensagens de aplicativos, e-mails e arquivos em nuvem, com o objetivo de reforçar a coleta de provas e ampliar o alcance das investigações. O parlamentar baseou o requerimento no artigo 58, §3º, da Constituição e na Lei nº 1.579/1952, que concedem às CPIs poderes de investigação semelhantes aos das autoridades judiciais. Segundo o relator, a CPMI pode adotar medidas investigativas sem autorização judicial, desde que não envolvam ações de reserva de jurisdição, como buscas domiciliares ou interceptações telefônicas.

Governador na mira do TSE

» LUANA PATRIOLINO

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) retoma, hoje, o julgamento que pode cassar o governador de Roraima, Antonio Denarium (PP), por abuso de poder político e econômico. A análise do caso estava suspensa desde agosto após um pedido de vista (mais tempo de análise) do ministro André Mendonça. O réu foi condenado quatro vezes pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR) por distribuir cestas básicas e por reformar casas em 2022, ano eleitoral, e recorreu à instância superior.

Antes de Mendonça suspender a ação, a relatora do caso, ministra Isabel Gallotti, votou pela cassação imediata do governador. Denarium foi condenado por abuso de poder político e econômico, com pena de 8 anos de inelegibilidade, por distribuição de cestas básicas e reformas de casas, por meio do programa Morar Melhor, durante a campanha de 2022, quando foi reeleito.

Para a magistrada, a iniciativa habitacional driblou a proibição da Justiça de começar projetos sociais em anos eleitorais.

O TRE-RR cassou o mandato de Denarium e de seu vice, Edilson Damião (Republicanos), quatro vezes e determinou que fossem realizadas novas eleições no estado. Eles podem seguir no cargo até a decisão final do TSE. O caso chegou ao TRE-RR por uma ação protocolada pelo Avante.

Procurado pelo **Correio**, o governador disse, por meio de nota, que reafirma a sua confiança na Justiça. Ele negou irregularidades nos programas sociais.